

A declaração brasileira de guerra ao Japão

FÁBIO KOIFMAN e HUMBERTO MANABU ODA*

No dia 28 de janeiro de 1942, sob o impacto político do ataque militar japonês a base americana de *Pearl Harbor* e seguindo resolução exarada pela maioria dos representantes presentes na III Reunião dos Chanceleres Americanos, o Brasil rompeu relações diplomáticas e comerciais com os três países do Eixo: Alemanha, Itália e Japão. Sob grande comoção nacional decorrente do elevado número de óbitos de civis vítimas dos afundamentos de navios mercantes brasileiros causados por submarinos alemães e italianos nas costas do país, o governo brasileiro decidiu por declarar estado de guerra em todo o território nacional a 31 de agosto de 1942. Embora fosse nação partícipe do Eixo e aliado militar da Alemanha e da Itália, o Japão não foi incluído nessa declaração de guerra, tendo o Brasil esperado por quase três anos para então decidir-se por declarar guerra a essa nação do extremo oriente, no dia 5 de junho de 1945.

A presente pesquisa tem analisado o assunto com o objetivo de indicar as razões que levaram o governo brasileiro ter deixado de incluir o Japão em agosto de 1942 quando declarou guerra as duas demais potências do Eixo. A investigação tem tratado de identificar também as razões que levaram o Brasil a declarar guerra ao Japão quase três anos depois de fazê-lo em relação à Alemanha e a Itália. A pesquisa tem buscado ainda averiguar se esse intervalo entre agosto de 1942 e junho de 1945 produziu algum tipo de consequência de qualquer natureza, investigando também se a declaração, ainda que tardia, efetivamente propiciou vantagem estratégica, política ou econômica nos anos imediatamente subsequentes.

No dia 7 de dezembro de 1941, sem prévia declaração formal de guerra, a marinha e a força aérea japonesa realizaram um ataque surpresa e em massa a base naval norte-americana de *Pearl Harbor*, localizada na ilha de Oahu, no Havaí. O ataque fulminante produziu expressivos danos materiais militares na base e custou a vida de 2403 militares e 68 civis. Desde o início da II Guerra Mundial, em setembro de 1939, os

* Prof. Dr. Adjunto do Departamento de História e Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e aluno do curso de Relações Internacionais na mesma instituição, respectivamente. A pesquisa é apoiada pela modalidade de auxílio APQ1 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

2

Estados Unidos mantiveram neutralidade em relação ao conflito, mas atuavam de maneira direta apoiando a Grã-Bretanha com toda a natureza de suprimentos. A ilha britânica se constituía em bastião único de resistência ao nazismo até que a chamada “Operação Barbarossa” alemã rompeu o pacto “Ribbentrop-Molotov” (tratado de não agressão) arrastando a União Soviética para a guerra em meados de 1941. A atuação indireta na guerra por parte dos norte-americanos não tinha mais como ser sustentada diante da dimensão do ataque japonês. Embora o conflito com a nação oriental fosse eminentemente relacionado a disputas no oceano Pacífico e extremo oriente, o contexto e a conjuntura política mundial determinaram a declaração de guerra e subsequente entrada dos Estados Unidos diretamente na guerra contra os países do Eixo, do qual o Japão era aliado.

Nos anos que antecederam a eclosão da II Guerra Mundial os Estados Unidos já articulavam a manutenção estratégica de suas áreas de influência na América Latina em contrapartida aos esforços nazista e fascista de ampliar as áreas de influência na região, em especial, nos terrenos econômico, político e ideológico. Nesse contexto o pan-americanismo e a chamada “política de Boa Vizinhança” os esforços foram conduzidos durante a “Conferência interamericana de Consolidação da Paz” de 1936 em Buenos Aires, que contou com a presença do Presidente Franklin Roosevelt, e durante a “VIII Conferência Pan-americana” no ano de 1938 na cidade de Lima.

Já com a Segunda Guerra Mundial em curso, ocorreram a I Reunião dos Chanceleres Americanos em 1939 no Panamá e a II Reunião dos Chanceleres Americanos em 1940 em Cuba (FRANCIS, 1974; SILVA, 1972). Imediatamente e ainda sob o impacto do ataque japonês a *Pearl Harbor*, a III Reunião dos Chanceleres Americanos foi convocada pelo governo do Chile. Realizada em janeiro de 1942 na então capital brasileira, Rio de Janeiro, teve como propósito norte-americano assegurar uma resolução unânime e garantida de que as Repúblicas Americanas romperiam em bloco relações diplomáticas com as potências do Eixo.

A unanimidade não foi atingida, mas entre os governos ali representados que resolveram romper relações diplomáticas com o Eixo estava o brasileiro, a despeito das ameaças alemãs e italianas que advertiam reconhecer rompimento como sinônimo de declaração de guerra.

3

No dia 23 de janeiro de 1942 o Itamaraty remeteu às embaixadas do Brasil em Berlim, Roma e Tóquio o seguinte telegrama:

Comunico a Vossa Excelência, solicitando aguardar ulteriores instruções, a aprovação dada, na noite de hoje, na Reunião dos Ministros do Exterior dos países americanos, à Resolução, segundo a qual as repúblicas deste hemisfério, por solidariedade continental, consideram como feita a cada uma delas a agressão feita por qualquer país não continental a qualquer das repúblicas deste continente e reafirmam a determinação de cooperarem todas juntas até que desapareçam os efeitos daquela agressão que consideram como uma ameaça imediata à liberdade e à independência das repúblicas americanas, ficando assim recomendada a ruptura de relações com o Japão, Alemanha e Itália, por ter o primeiro agredido um país do continente americano e os outros dois declarado guerra a esse mesmo país. – Ministério das Relações Exteriores.¹

Em 28 de janeiro de 1942, o Ministério das Relações Exteriores brasileiro encaminhou novo telegrama à embaixada do Brasil em Berlim:

O presidente da República resolveu hoje que fosse feita a ruptura de relações quer diplomáticas quer comerciais com os três países do Eixo. Essa ruptura terá lugar hoje às dezoito horas, segundo hora local, ao mesmo tempo em eu será decretada a cassação do exequatur dos cônsules daqueles países no Brasil. Baseando-se no texto do telegrama anterior desta Secretaria de Estado, de 23 do corrente, Vossa Excelência passará nota ao governo desse país, pedindo ainda passaporte para retirar-se com todos os brasileiros que servem nessa Embaixada e nos consulados brasileiros em território alemão – Ministério das Relações Exteriores.²

As embaixadas brasileiras em Roma e Tóquio receberam no mesmo dia telegramas similares. Os embaixadores alemão, italiano e japonês acreditados no Brasil também foram informados do novo estado de coisas e notificados de que deveriam retirar-se do país, pois naquela data havia cessado “a função de V. Ex. entre nós”, tendo sido cassado o *exequatur* concedidos aos agentes consulares daqueles três países no Brasil.³

Os seis meses seguintes foram de sucessivos afundamentos de barcos civis da marinha mercante brasileira por submarinos alemães e italianos, produzindo até então a morte de várias centenas de pessoas. Em um único dia, 15 de agosto de 1942, o submarino alemão U-507 afundou três navios mercantes brasileiros: *Baependi*, *Araraguara* e *Aníbal Benévolo*, matando respectivamente 270, 131 e 150 passageiros (SILVA, 1972).

¹ Arquivo Histórico do Itamaraty, Relatório do Ministério das Relações Exteriores, pp. 127-130.

² Idem.

³ Ibidem.

4

As mortes causaram enorme comoção e a declaração do governo brasileiro de 22 de agosto de 1942 deu conta do “estado de beligerância” com a Alemanha e a Itália. O decreto n.º 10.358 intitulado “Declara o estado de guerra em todo o território nacional” de 31 de agosto de 1942 formalizava e tornava oficial e público o estado de guerra.⁴ A declaração de guerra brasileira ao Eixo distinguia-se da norte-americana por não incluir naquele momento o Japão.

Embora as relações diplomáticas já estivessem rompidas entre o Brasil e o Japão desde janeiro de 1942, e os cidadãos japoneses aqui residentes já estivessem sofrendo os mesmos controles e as mesmas restrições e intimidações que os demais cidadãos identificados como *eixistas* sofriam (TAKEUCHI, 2009), a declaração de guerra de agosto do mesmo ano não incluía estado de beligerância ou de guerra com a nação do extremo oriente.

A razão comumente apontada para essa não inclusão do Japão na declaração de guerra brasileira ao Eixo está na alegação de que aquele país não tinha responsabilidade nos afundamento de navios brasileiros.

No dia 6 de junho de 1945 o Ministério da Guerra brasileiro deu ordem para que as unidades da Força Expedicionária Brasileira (FEB) estacionadas na Itália se subordinassem ao comandante da 1ª Região no Rio de Janeiro. A ordem dada significava efetivamente a dissolução daquele contingente militar. No mesmo dia 6 de junho de 1945, o governo brasileiro declarou guerra ao Japão.

O decreto que formalizou essa declaração, de número 18.811, mencionava que ao tomar tal decisão o governo considerou “os compromissos inter-americanos de assistência e defesa mútua” e que “derrotadas as nações agressoras no continente europeu, o poderio total dos nossos aliados, os Estados Unidos da América, se transfere agora para o teatro de operações no Oceano Pacífico”. Reiterando também “que os objetos de paz das Nações Unidas” reclamavam a participação de todos os estados do continente “na luta final pela liberdade de povos oprimidos”, pois já se encerrara a participação bélica brasileira na Europa “com a rendição incondicional dos nossos inimigos”.⁵ Concluindo por reiterar que desde 28 de janeiro de 1942 estavam rompidas “as relações diplomáticas com o Império do Japão, em consequência da agressão aos

⁴ Diário Oficial da União, 1º/09/1941, p. 13413.

⁵ Diário Oficial da União, 6/06/1945, p. 10059.

5

Estados Unidos da América”.⁶ Com a guerra já terminada na Europa e a pouco menos de três meses do fim total da Segunda Guerra Mundial, o Brasil declarou guerra ao Japão.

Em 6 de junho de 1945 José Roberto de Macedo Soares respondia interinamente pelo Itamaraty. Coube a ele as primeiras explicações relacionadas à decisão do governo brasileiro. Para tal, ao final da manhã convocou uma entrevista coletiva com a imprensa na qual anunciou que “nesta data em que nós, aliados, comemoramos o primeiro aniversário do dia ‘D’, o Brasil declara guerra ao Japão.”⁷ Justificou a atitude do governo brasileiro baseada na solidariedade dos países americanos, comentando que entre esses, naquele momento, somente a Colômbia ainda não declarara guerra ao Japão, mas estaria em processo de fazê-lo em breve. Macedo Soares passou então a ler para os jornalistas as datas das declarações de guerra dos demais países, nesta ordem: Argentina, em 27 de março de 1945; Bolívia, em 7 de abril de 1943; Chile, em 14 de fevereiro de 1945; Costa Rica, em 8 de dezembro de 1941; Cuba, em 9 de dezembro de 1941; República Dominicana, em 8 de dezembro de 1941; Equador, em 5 de fevereiro de 1945; República de El Salvador, em 8 de dezembro de 1941; Guatemala, em 8 de dezembro de 1941; Haiti, em 8 de dezembro de 1941; Honduras, em 8 de dezembro de 1941; México, em 22 de maio de 1942; Nicarágua, em 8 de dezembro de 1941; Panamá, em 8 de dezembro de 1941; Paraguai, em 8 de fevereiro de 1945; Peru, em 11 de fevereiro de 1945; Uruguai, em 22 de fevereiro de 1945 e Venezuela em 15 de fevereiro de 1945.

Informou também que o ministério das Relações Exteriores havia encaminhado ao representante da Suécia – país encarregado de zelar pelos interesses japoneses no país – a declaração de guerra, cujo texto era o seguinte:

*Senhor ministro. Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Governo brasileiro, havendo considerado desde muito a agressão do Japão, a uma nação deste hemisfério, como feita ao próprio Brasil e desejando cooperar para a vitória final das Nações Unidas, suas aliadas, resolveu, a partir desta data, declarar a existência do estado de guerra com a referida potência agressora, o que acaba de ser feito por decreto do Sr. presidente da República. Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha alta consideração (a) José Roberto de Macedo Soares. Encarregado do expediente.*⁸

⁶ Idem.

⁷ *Jornal do Brasil*, 7.6.1945.

⁸ Entre outros, *A Noite*, de 6.6.1945.

Nota de mesmo teor foi entregue ao governo nipônico por meio do representante diplomático português acreditado no Japão, que respondia naquele momento pelos interesses brasileiros naquele país.

A primeira pergunta dos jornalistas presentes na entrevista coletiva relacionava-se a possível participação militar direta do Brasil na guerra no Pacífico. Macedo Soares esclareceu que o tema não dependia do Itamaraty, mas de entendimentos entre o Alto Comando Aliado e os Estados Maiores das Forças Armadas brasileiras. Comentou que o Brasil estaria disposto a atender a qualquer solicitação aliada, mas julgava que tal envolvimento militar direto não seria necessário. A pergunta seguinte versou a respeito das razões pelas quais só naquele momento a declaração de guerra ao Japão ocorrera. Ao que o ministro respondeu:

Não declaramos guerra ao Japão, em agosto de 1942, porque o Sr. Oswaldo Aranha a isto se opôs e com razão, sob o fundamento de que a tradição do nosso país era de só fazer a guerra defensiva. Os acontecimentos se desenvolveram, porém, a tal ponto, que hoje em dia, o Brasil, defendendo a América, defende-se a si próprio. Não estamos, pois, mudando de atitude. A posição que agora assumimos, chegando do estado de relações diplomáticas interrompidas ao estado de guerra, é o desdobramento de uma mesma atitude.⁹

Por que o Brasil não declarou guerra ao Japão quando o fez a Itália e a Alemanha? A alegação de não envolvimento com os afundamentos de navios mercantes brasileiros foi de fato a razão que levou o governo brasileiro a não fazê-lo? Quais foram as razões que levaram o governo brasileiro, já com o Estado Novo de fato findo desde março de 1945 – fim esse evidenciado pelo descontrole e posteriormente encerramento das atividades do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) (BARROS, 2009) – em um contexto de efetivas perspectivas da volta de realização de eleições, entre outras reformas de cunho democratizantes, a propor uma guerra a nação oriental?

A historiografia até aqui tratou do tema de maneira tangencial e não aprofundada. O assunto quando abordado limitou-se a reproduzir em poucas linhas a descrição do rompimento das relações diplomáticas com o Japão em janeiro de 1942 e, em muito raras oportunidades, a declaração de guerra ao mesmo país em junho de 1945, sem explicações mais detidas. A ausência do assunto nos trabalhos que retrataram o

⁹ Idem.

7

período ajudaram a produzir no senso comum – como também em textos acadêmicos da área de História – o equivocado registro de que a declaração de guerra ao Japão teria ocorrido também em agosto de 1942 quando o Brasil declarou guerra “as potências do Eixo”, deixando a entender que essa declaração incluía o Japão, quando efetivamente só foi dirigida naquele ano à Alemanha e a Itália.¹⁰

A pesquisa em curso pretende contribuir no sentido de esclarecer o tema colaborando em alguma medida na compreensão daquele período histórico brasileiro. Identificando as razões alegadas e as não explicitadas que levaram o Brasil a não declarar guerra ao Japão em agosto de 1942, quando declarou guerra a Alemanha e a Itália. Buscando esclarecer, da mesma forma, as razões não explicitadas que levaram o Brasil a declarar guerra ao Japão em junho de 1945. Apontando quais foram as conseqüências diplomáticas, políticas e econômicas decorrentes da opção do governo brasileiro de não declarar guerra ao Japão em agosto de 1942, indicando quais foram as conseqüências diplomáticas, políticas e econômicas decorrentes da opção do governo brasileiro declarar guerra ao Japão em junho de 1945.

Um número expressivo de produções historiográficas informa de maneira equivocada que o Brasil teria declarado guerra ao Japão em agosto de 1942, quando declarou guerra “às potências do Eixo”.¹¹ As obras que trazem a informação correta dando conta da data precisa da declaração de guerra, limitam-se a informar os fatos e datas, silenciando absolutamente quanto às razões anunciadas ou não anunciadas que levaram o governo a optar pela não declaração de guerra ao Japão em 1942 e a posterior declaração de guerra em 1945. Nenhuma das duas decisões até aqui foram devidamente pesquisadas e investigadas de modo a esclarecer esse momento da história brasileira.

¹⁰ Muitas são as obras que não explicitam ou esclarecem que a declaração de guerra de 1942 não foi dirigida às três potências do Eixo, mas tão somente a duas delas, excluído o Japão. Entre outras, CARNEIRO, M. L. T. . *O Anti-semitismo na Era Vargas*. Fantasmas de uma Geração. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 493; CASTELAN, Glaucia Rodrigues. *Artesãos da Subversão*. Gráficos sob a vigilância do DEOPS, 1930-1945. 2009. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 2010, p.75. Disponibilizado em www.teses.usp.br/teses/.../8/.../2010_GlauciaRodriguesCastellan.pdf. Acesso em 20/03/2012. CYTRYNOWYCZ, Roney. *Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e segunda guerra mundial*. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.22, n. 44, 2002. p. 395; 399; 413; NUCCI, P. *O perigo japonês*. História Social (Campinas), v. 12, p. 133-149, 2006. p. 134. Disponibilizado em www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/200. Acesso em 15/05/2012 e TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Entre Gueixas e Samurais: A imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)*. Dissertação de doutorado, FFLCH/USP, 2009, p. 351.

¹¹ Idem.

O tema das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão no período anterior e durante a Segunda Guerra Mundial na maioria das obras tem como objeto os assuntos relacionados à imigração – adaptação do imigrante, preconceito, intolerância e discriminação – e o subsequente tratamento de japoneses e descendentes de japoneses durante a guerra. As relações de governo propriamente ditas são brevemente mencionadas e sempre no contexto da pesquisa relacionada ao imigrante nipônico (entre outros, TAKEUCHI, 2009).

A presente pesquisa tem investigado as relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão no contexto da Segunda Guerra Mundial. Identificando os aspectos que fizeram ambos os governos produzirem os quase três anos *sui generis* de uma política de rompimento diplomático não condicionado a declaração de guerra.

Política essa que, a despeito da não beligerância, reservou por parte das autoridades no Brasil um tratamento aos súditos japoneses residentes na numerosa colônia nipo-brasileira um tratamento idêntico ao reservado aos súditos alemães que residiam no país. Um exemplo desse tratamento é o formulário remetido a todos os municípios do Brasil contendo solicitação de informação minuciosa relacionada ao número de alemães, italianos e japoneses ali residentes, assim como se possuíam rádio ou armas, se falavam o idioma, se os filhos iam à escola, entre outras informações (KOIFMAN, 2002). As restrições de mobilidade que incidiram sobre os cidadãos alemães e italianos aqui residentes também incidiram sobre os japoneses. Ou seja, do ponto de vista formal o Brasil só havia rompido relações diplomáticas com o Japão, mas o país não deixou de ser associado aos inimigos nazistas e fascistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

PERIÓDICOS

A Noite. Rio de Janeiro

A Tribuna. Santos/SP

Correio da Manhã. Rio de Janeiro

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro

O Estado de S. Paulo. São Paulo

9

O Globo. Rio de Janeiro.

O Jornal. Rio de Janeiro.

Revista de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro

ARQUIVOS

Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro)

Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)

Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

Casa de Oliveira Vianna (Niterói)

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da
Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro)

ARQUIVOS CONSULTADOS PELA INTERNET:

<http://www.crl.edu/pt-br/collaborative-digitization/brazilian-government-documents>

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios>

<http://books.nap.edu>.

<http://www.nationalacademies.org>.

<http://www.crl.uchicago.edu>.

Depoimento recolhido em instituição:

Vasco Leitão da Cunha, originais da transcrição do depoimento concedido ao CPDOC/FGV em 1983.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves [et al.] (coord). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDoc, 2001.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). *Sessenta anos de política externa brasileira*. Crescimento, modernização e política externa: Diplomacia para o Desenvolvimento. São Paulo: Edusp, 1996, 2v.

10

ALMEIDA, Paulo Roberto. *Relações internacionais e política externa do Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

ALVES, Vagner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: Ed. PUC, 2002.

_____. *Ilusão Desfeita: a "aliança especial" Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 48, n. 1, 2005.

AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

BARROS, Orlando de. "Preconceito e educação no Governo Vargas (1930- 1945). "Capanema: Um episódio de intolerância no Colégio Pedro II". Cadernos Avulsos da Biblioteca do Professor do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1987.

_____. *O incêndio do teatro e outras encenações*. História e semiologia no labirinto de um texto". *Advir*, a. II, n.º 1, Rio de Janeiro, abr. 1993, pp. 34-38.

_____. *Custódio Mesquita: um compositor romântico no tempo de Vargas (1930-45)*. Rio de Janeiro: Funarte/ EdUERJ, 2001.

_____. *Corações de chocolate: a história da Companhia Negra de Revistas (1926-1927)*. Rio de Janeiro: Livres Expressões, 2005.

_____. *O pai do futurismo no país do futuro: as viagens de Marinetti ao Brasil em 1926 e 1936*. Rio de Janeiro: Ed. E-Papers, 2010.

_____. "Os incontaminados contra as toxinas letais do vírus fascista: a imprensa oposicionista nos últimos dias do DIP". IN: FONSECA, Silvia C. P. de Brito e CORRÊA, Maria Letícia (org.) *200 anos de imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Contracapa, 2009.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BEOZZO, José Oscar. "A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização". In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Livro 11, Capítulo VI, pp. 273-341. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CAMPOS, Francisco. *O Estado nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

11

CANCELLI, Elizabeth. “Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente”. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CAPELATO, M. H. R. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil Republicano*. O Tempo do Nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2, p. 107-143.

CARVALHO, E Leitão de. *A serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Ed. A Noite, 1952.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. “Forças Armadas e política, 1930-1945”. In: _____. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 80.

CARVALHO, Péricles de Mello. “A legislação imigratória do Brasil e sua evolução”. In: *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, out. 1940.

CASTELO BRANCO, Manoel Thomaz. *O Brasil na II Grande Guerra*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1960.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política externa do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

_____. *O desafio internacional: a política externa do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Edunb, 1994.

CUNHA, Vasco Leitão da. *Diplomacia em alto-mar: depoimento ao CPDoc*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

CYTRYNOWYCZ, Roney. *Guerra sem guerra*. São Paulo: Geração Editorial/Edusp, 2000.

_____. *Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e segunda guerra mundial*. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.22, n. 44, p.393-423, 2002.

DEZEM, Rogerio. *Matizes do "amarelo": A Gênese dos Discursos Sobre os Orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanista, 2005.

FAUSTO, Bóris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999.

12

FERRAZ, Francisco César Alves. *Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

FRANCIS, J. Michael. "The United States at Rio, 1942: The Strains of Pan-Americanism". In: *Journal of Latin American Studies*, vol. 6, n. 1, maio 1974.

FONTOURA, J. Neves. *Memórias*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1963.

GAMBINI, R. *O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2ª ed., 1994.

HILTON, Stanley. *O Brasil e a crise internacional (1930/1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. *O Brasil e as grandes potências: os aspectos políticos da rivalidade comercial (1930-1939)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. *A rebelião vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

_____. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

KUNIYOSHI, Celina. *Imagens do Japão: Uma Utopia de Viajantes*. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

LAMOUNIER, Bolívar. "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação". In: FAUSTO, Bóris (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III, vol. II, 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

13

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Unicamp/Papirus, 1986.

LESSER, Jeffrey H. *A Negociação da Identidade Nacional: imigrantes, minorias, e a luta pela etnicidade no Brasi*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

_____. “Repensando a política migratória brasileira na época Vargas”. In: ABREU, Carlos Eduardo de & MALATIAN, Teresa (orgs.). *Políticas migratórias: fronteiras dos direitos humanos no século XXI*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

LEVINE, R.M. *O regime de Vargas: os anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LYRA, Heitor. *Minha vida diplomática*. Brasília: UnB, 1972.

MACCAN, Frank. *A Aliança Brasil- Estados Unidos: 1937/1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. Brasília: Edunb, 1993.

_____. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

NABUCO, Maurício. *Reminiscências sérias e frívolas*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1969.

NUNES, Paulo Henrique Faria. *As relações Brasil-Japão e seus reflexos no processo de ocupação do território brasileiro*. Geografia (Londrina), v. 17, p. 135-150, 2008. Disponibilizado <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/2618>. Acesso em 18/02/2012.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1982.

14

PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PINHEIRO, Leticia. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Revista USP, São Paulo (26), p. 108-119, Jun/Ago, 1995. Disponibilizado em www.usp.br/revistausp/26/10-leticia-100.pdf. Acesso em 12/05/2012.

PROENÇA JÚNIOR, D.; DINIZ, E. *Política de defesa no Brasil: uma análise crítica*. Brasília: Edunb, 1998.

SCHWARTZMAN, Simon. “A Igreja e o Estado Novo: o Estatuto da Família”. In: *Cadernos de Pesquisa*, vol. 37, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, mai. 1980..

_____.; BOMENY, H.M.B. & COSTA, V.M.R. *Tempos de Capanema*. 2ª ed. São Paulo e Rio de Janeiro: Paz e Terra/FGV, 2000.

_____. *A redescoberta da cultura*. São Paulo: Edusp, 1998.

SEITENFUS, Ricardo A. Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

_____. *A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

_____. *O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na segunda guerra mundial*. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2003.

SEYFERTH, Giralda. *A assimilação dos imigrantes como questão nacional*. V. 3, nº 1. Rio de Janeiro: Mana, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 15/2/2007.

SILVA, Hélio. *1937: Todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. *1938: Terrorismo em campo verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. *1939: Véspera de guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. *1942: Guerra no continente*. Civilização Brasileira, 1972.

_____. CARNEIRO, Maria Cecília; DRUMMOND & José Augusto. *A ameaça vermelha: o Plano Cohen*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

15

SILVA, José Luís Werneck da (org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. vol. I: O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

SILVA, Josélia de Castro. “Entrada do Brasil na II Guerra Mundial: elementos para uma análise da participação popular”. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 4, Nº13, Rio, 2009.

SILVEIRA, J. *O Brasil na 2a Guerra Mundial*. São Paulo: Ediouro, 1975.

SIMÕES, R.M. *A presença do Brasil na 2a Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O perigo Amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945)*. São Paulo: Associação Editorial Humanista, 2005.

_____. *Entre gueixas e samurais: a imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)*. 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04022010-132805/>. Acesso em: 2012-05-22.

TOTA, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VIANNA, Oliveira. “Os imigrantes semíticos e mongóis e sua caracterização antropológica”. *Revista de Imigração e Colonização*, n.º 4, ano I, Rio de Janeiro, Out. 1940, pp. 617-634.

VIGEVANI, Tullo. *A Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Moderna, 1991

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases*. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.20, n 1, p. 134-154, 1999.

XAVIER De Oliveira. *O problema imigratório na América Latina: O sentido da colonização japonesa nos países do Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Ed. A. Coelho Branco, 1942.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

16

XAVIER De Oliveira. *O problema imigratório na Constituição Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. A Coelho Branco, 1937.